

O centenário do centenário:

O impacto da concepção de modernidade na vida urbana dos anos 1920

The centenary of the centenary: the impact of the
conception of modernity on the urban life of the 1920s

CONRADO WERNECK PIMENTEL

Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ. Assistente I da Subgerência de Documentação Especial do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

conradopimentel@gmail.com

SUZANE MAYER

Historiadora e arquivista com mestrado em História Social pela UNIRIO. Subgerente de Documentação Especial do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

suzane.mayer@gmail.com

RESUMO: O presente artigo lança um olhar em direção à construção do discurso de modernidade, amplamente utilizado pelo Estado – recente República – e por intelectuais, para justificar intervenções urbanas de amplo impacto na então Capital Federal do país, Rio de Janeiro, pela ocasião da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. No intuito de vender uma imagem atrativa da nação brasileira, encarnada na urbe carioca, para o capital internacional e com a necessidade de se firmar enquanto República em face de seu passado colonial, o discurso de modernidade evocava uma desassociação com os signos considerados representantes do “atraso”. Para tanto, foram implementados grandes processos de intervenção urbana – partindo de discursos higienistas, sanitaristas, e/ou reformistas – que se concretizaram através da construção dos pavilhões da Exposição de 1922, às custas de desmontes, aterros, desapropriações e exclusões das pessoas pobres do Centro, cujo grande representante foi o desmonte do conhecido berço da cidade do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; Exposição do Centenário da Independência do Brasil; Intervenção Urbana.

ABSTRACT: The present article gives us a glance towards the construction of the modernity argument, widely used by the State – recent Republic – and by intellectuals to justify urban interventions in the Federal Capital of the country, Rio de Janeiro, for the occasion of the International Exposition of the Centennial of the Independence, in 1922. In the intent of selling an attractive image of the brazilian nation, incarnated in the carioca city, to international capital and with the need to establish itself as a Republic in the face of its colonial past, the speech of modernity evoked a disassociation with the signs considered to represent “backwardness” through processes of urban intervention – whether they were based on hygienist, sanitary and/or reformist discourses, which materialized through the construction of the pavilions for the 1922 Exhibition at the cost of dismantling, landfills, expropriations and the exclusion of the poor from the city center and especially represented by the dismantling of the well-known place birthplace of the city of Rio de Janeiro, the Castelo’s Mount.

KEYWORDS: Modernity; International Exposition of the Centennial of the Independence; Urban Intervention.

Muito se fala que a cidade do Rio de Janeiro tem quase que uma vocação: ser a vitrine do Brasil para o exterior. Mas, quando se fala em vitrine, fala-se, também, em enquadramento, em montagem arbitrária do que se quer que fique à mostra – e o que se quer que fique às escondidas, tal qual em uma fotografia. Para desvendarmos o que há, de fato, à mostra nesta vitrine, é importante entender sob quais condições ela foi feita e, especialmente, o que se pretendia esconder.

Após a Proclamação da República, fazia-se necessário que o país construísse um novo projeto de nação em contraponto ao passado escravocrata, colonial e que agora deveria ser formatado em uma concepção republicana. Para tal, demandou, por exemplo, a criação de novas datas, decretando dias de festas nacionais (Decreto 155-B de 1890)ⁱ – o que demonstra que não havia uma tradição republicana no país, uma vez que a própria Proclamação, feita de forma repentina, “parecia ter sido um golpe militar” pelas forças armadas, que não detinham histórico de atuação política (MOTTA, 1992, p. 22).

Contudo, não bastava a formalização de decretos para a superação do passado colonial. Os casarios assobradados continuavam a existir na Capital Federal; ex-escravizados, junto à população pobre, continuavam a dividir espaços públicos com a elite carioca, e as mazelas sanitárias continuavam a se espriair. Era preciso, pois, refundar a Nação, colocando-a às vistas dos países industrializados enquanto potência digna de receber investimentos, o que se centrava numa concepção moderna de metrópole industrial e capitalista; e, tão importante quanto, era necessário legitimar a própria República, “atacando para isso, não só o período colonial português como também a própria identidade da cidade do Rio de Janeiro” (BARROS, 2005, p. 125).

A investida contra essa identidade se demonstrava, por exemplo, em um “Projeto de Postura” apresentado à Câmara em 1866 pelo médico e vereador José Pereira Rego. Os objetivos do projeto são enunciados da seguinte forma: “visando impedir a proliferação de cortiços no perímetro da Cidade Velha” e em suas adjacências, e submeter a um rigoroso controle e padronização de sua fisionomia arquitetônica, ‘corrigindo’ irregularidades das edificações” (BENCHIMOL, 1992, p. 131).

O ímpeto modernizador mais bem explicitado se fez de forma clara e cristalina nas palavras de Rodrigues Alves, Presidente da recém-República dos Estados Unidos do Brasil. Em sua *Mensagem ao Congresso*, em 1904, o então Presidente se pronuncia dizendo que:

Tornou-se [...] em meu espírito inabalável a crença, felizmente generalizada, de que as forças econômicas do país não poderão ser eficazmente ativadas enquanto a Capital da República não reunir as condições indispensáveis para constituir um centro poderoso de atração de braços e capitais [...] (ALVES, 1904, p. 06).

Esta “crença generalizada” do Presidente da República perpassava as necessidades de “promover o saneamento desta Capital, iniciando as grandes obras do melhoramento do porto e as da avenida central que lhe são complementares” (ALVES, 1904, p. 06), e, mais à frente, referiu-se à necessidade de “modificar as condições materiais da Capital, embelezando-a e tornando melhores as suas condições higiênicas” (ALVES, 1904, p. 08).

Este trecho ilustra de forma cabal a intenção do que viriam a ser as reformas urbanísticas que a cidade passaria nas mãos de Pereira Passos, Carlos Sampaio e Henrique Dodsworth – para nos atermos apenas à primeira metade do século XX. Estas reformas, principalmente de Passos e Sampaio, foram ensejadas por debates político-intelectuais, a partir de

meios de comunicação, a fim de justificar as intervenções urbanísticas para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922. Ao se referir ao debate intelectual em torno do tema, Marly Motta (1992, p. 6) afirma que: “[...] pautados por um frenesi de reinterpretar o passado, diagnosticar o presente e projetar o futuro” [...] “buscam não só entender que país é este, mas principalmente, garantir-lhe um lugar na modernidade do século XX”ⁱⁱⁱ.

A modernização aqui pretendida por Rodrigues Alves, acima de tudo, passava por tornar o país atrativo para os mercados internacionais. Já em relação ao “embelezamento”, tinha como inspiração a França e sua capital das luzes, Paris, a qual Haussmann, prefeito da capital francesa, interveio entre 1863-1870. Haussmann havia promovido uma transformação radical na cidade que foi vista pelos próprios olhos de Pereira Passos, quando adido da delegação diplomática em Paris (BENCHIMOL, 1992, p. 192). Já existia, portanto, desde meados do século XIX, tal ideário de “embelezamento” das cidades, justamente pela “grande ressonância devido às obras de remodelação de Paris” (BENCHIMOL, 1992, p. 131). Jaime Benchimol ainda aponta que “o ‘embelezamento da capital’ tornou-se, daí por diante, um estribilho constante nos memoriais, discursos, projetos e decretos relacionados aos grandes empreendimentos modernizadores, sobretudo imobiliários, que cobijavam áreas mais valorizadas da cidade” (1992, p. 131).

Toda a modernização dirigia-se a um só norte: o da inserção do Brasil, antiga colônia portuguesa, no mercado internacional de capitais e investimentos – em suma, transformá-la em uma metrópole internacional. Para isso, nos diz Barros,

A “modernização destruidora” do Estado visava eliminar não só a cidade colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também objetivava romper com os valores culturais relacionados ao período imperial, valorizando a inserção cultural e econômica europeias,

principalmente pela absorção da visão do mundo francês. Construir assim um novo centro mais moderno, significaria a construção simbólica de um novo país, instaurado pela ordem Republicana (BARROS, 2005, p. 13-14).

O primeiro passo para a modernização da cidade foi a reforma do Cais do Porto, que aumentou significativamente sua área, a partir da criação de aterro proveniente do desmonte do primeiro morro da cidade – o Morro do Senado, em 1895 (RIBEIRO, 2014, p. 47). E, por conseguinte, a ligação do cais pela Avenida Rodrigues Alves, rasgando o centro da cidade pela inspirada Avenida Central, que, por sua vez, ligava-se à Avenida Beira-Mar, em um movimento quase que futurista do que viria a ser o processo de ocupação de regiões pela população mais abastada – a Zona Sul da cidade.

O futuro estava por vir e concretizava-se, principalmente, no simbolismo da construção da Avenida Central. De inspiração francesa, a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), em 1904, contava com edifícios para os quais, a partir de um concurso de fachadas^{iv}, foram escolhidos engenheiros e construtores que formularam a principal via, “cortando de ‘mar a mar’ o centro da cidade” (BENCHIMOL, 1992, p. 201) e servindo de passeio para a elite carioca (o tão conhecido *footing*), com prédios oferecendo serviços, reunindo centros comerciais, todos alocados em estruturas inspiradas na *Belle Époque* francesa. Para isso, nos diz Motta, “[Passos] determinou a destruição do velho centro de vilas apertadas e casarões coloniais para dar passagem à elegante Avenida Central”. E continua: “jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, um novo porto foi construído, um código de posturas urbanas impondo hábitos e costumes ‘civilizados’ foi instituído, e uma reforma sanitária foi empreendida por Oswaldo Cruz” (MOTTA, 1992, p. 48).

Essas reformas não só exprimiam o modo de vida cosmopolita que a República pretendia para a sociedade carioca como, por si só, delineavam “o novo centro político-administrativo do Governo Federal do Período Republicano, no entorno da Praça Floriano Peixoto” (RIBEIRO, 2014, p. 40), criado não de forma “orgânica”, como outrora havia sido o Largo do Paço ou o Campo de Santana, mas como “resultado de intervenções drásticas, complementares e simultâneas realizadas pelo governo municipal e federal” (RIBEIRO, 2014, p. 40). Fernanda de Azevedo Ribeiro nos demonstra o impacto que a criação da Avenida Central teve para o centro da Capital Federal:

A abertura da Avenida Central e o surgimento das novas tipologias representaram aqui uma ruptura, não apenas no sentido arquitetônico e urbanístico, que transformou radicalmente a imagem do centro da cidade e da capital do país em relação à cidade colonial, mas também no modo de vida da população, dando início a uma nova relação com os espaços, ao se tornar preponderante o estilo de vida parisiense nos costumes, na moda, na conversação e nos hábitos sociais (RIBEIRO, 2014, p. 43).

Em 1908, em celebração ao Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, realizou-se no bairro da Urca a “Exposição Nacional”, que continha produtos nacionais ostentados em pavilhões suntuosos. Celebrava-se não só este Centenário, como, também, as reformas implementadas com sucesso por Pereira Passos, e que deixavam a cidade cada vez mais perto de se tornar a “Paris das Américas”:

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos

adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003, p. 43).

Para que o novo pudesse surgir, era necessário que o passado ficasse para trás. Prédios coloniais, modos de vida e de sociabilidade em inconformidade com os padrões europeus – tudo isso se materializava na área central da cidade, recém reformada por Passos, ao lado da idílica Avenida Central. O Morro do Castelo era um marco simbólico para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, seu nascedouro e sua fortaleza, que até então abrigava a Igreja dos Capuchinhos, a Câmara Municipal, o observatório, propriedades da oligarquia carioca e que, aos poucos, foi se tornando um espaço ocupado por trabalhadores pobres que viviam próximos ao centro da cidade, em função da menor dificuldade em conseguir um trabalho diário. Políticos e intelectuais debruçaram-se sobre a dicotomia entre atraso-modernidade, passado-futuro, principalmente a partir da discussão ensejada pelo desmonte do Morro do Castelo^v, “visto como o símbolo degradado do condenado passado colonial português” (BARROS, 2005, p. 11).

Ao pensar na cidade do Rio de Janeiro, precisamos entender que ela é a sobreposição entre a cidade que realmente existe e a cidade presente no imaginário de seus moradores, e a situação não seria diferente com o Morro do Castelo e os castelenses. O Morro do Castelo foi um importante morro histórico da cidade do Rio de Janeiro desde o século XVI e, já no final do século XIX, foi atravessado por discursos higienistas e de embelezamento urbano, que projetaram as reformas urbanas de 1904-

1906 e de 1920-1922. Assim como a cidade só existe através de seus habitantes, também não seria diferente com o Morro do Castelo.

O conceito de *lugar antropológico* de Marc Augé (1994) nos é muito pertinente. Para Augé, o conceito surge a partir da necessidade das pessoas criarem expressões de identidade compartilhada e particular. Porém, o lugar antropológico é um lugar de aspecto variável, pois depende da forma como cada sociedade irá defini-lo. Dessa maneira, a partir do conceito de *lugar antropológico* trabalhado por Augé, podemos entender o Morro do Castelo como lugar de convivência, dentro da cidade do Rio de Janeiro, em que seus habitantes viveram a história através das identidades que partilharam. Ao mesmo tempo, os habitantes criam vínculos particulares com o lugar – o lugar do seu nascimento e dos seus antepassados – ou criam vínculos compartilhados, através da identidade coletiva provenientes das relações entre os habitantes que ocupam e vivem no mesmo espaço.

Então, para Marc Augé, o lugar antropológico precisa ser entendido como um espaço relacional, identitário e histórico para cada grupo que o partilha.

Que os termos deste discurso sejam voluntariamente espaciais não deveria surpreender, a partir do momento em que o dispositivo espacial é neste caso o que expressa a identidade do grupo (as origens do grupo são por vezes diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, reúne e une) e é o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para a linguagem da identidade conserve seu sentido (AUGÉ, 1994, p. 50).

O espaço urbano é um lugar de constante disputa social. No caso do Morro do Castelo, podemos observar o discurso do Estado representado por engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas e políticos, que através do entendimento científico da época, buscaram construir um novo espaço

urbano no Rio de Janeiro, indo de encontro às concepções modernas de urbanidade, tão amplamente buscadas pela então capital do Brasil da Primeira República. Deste lado, chegaram para nós os registros, que além dos relatos, foram documentados através da própria reforma urbanística, que produziu em si sua documentação, e uma outra importante ferramenta do Estado, a fotografia. Em nossa análise, abordamos as fotografias do fotógrafo oficial da prefeitura, Augusto Malta, que retratou o período mais ativo do arrasamento do Morro do Castelo, principalmente, entre 1920-1922. Essas imagens são poderosos testemunhos da construção social da época e de suas relações. Representações sociais, portanto, que traduzem um mundo que carrega consigo a marca de seu tempo e de sua sociedade através dos agentes envolvidos, cujas ações se portam conforme as instituições e as convenções da época (PAIXÃO, 2008, p. 22-23).

A remoção de centenas de moradores da região central da cidade – desde a região da Avenida Central até o próprio Morro – apoiava-se no mote sanitarista, que servia para fins outros que não apenas o da salubridade da cidade. Nos diz Garcia que o processo de remoção “[...] tem em sua origem a influência da especulação imobiliária e a necessidade de expansão urbana, que cresceu vertiginosamente nos últimos cem anos, sob o comando do capital imobiliário e do Estado, despreocupados com a integração dos negros e pobres” (GARCIA, 2009, p.145).

Nicolau Sevcenko, em “Literatura como missão”, escreve:

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim (SEVCENKO, 2003, p.41).

Contudo, do outro lado dessa imbricada equação estão os próprios habitantes da cidade, mais precisamente os castelenses. Em sua maioria, pessoas pobres que, diferentemente de todo o aparato estatal, somente usavam o espaço urbano como moradia e espaço de sociabilidade, mas não intervinham de modo técnico em sua estrutura. Os pobres eram a maioria da população que morava no centro da cidade (PAIXÃO, 2008, p. 22). Cortiços e habitações coletivas vieram abaixo durante esse mesmo período, do final do século XIX e início do XX. A população buscava morar no centro para ficar perto dos trabalhos temporários e pequenos serviços, tão presentes nessa região, e evitar grandes deslocamentos pagos aos meios de condução, mas sua presença inibia o projeto urbano de centro da cidade forjado pelo Estado. Foi preciso, pois, tirá-los dali.

[...] ocorreu uma grande concentração das habitações coletivas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro. Isso porque para a maioria da população estar mais próximo ao Centro da cidade era condição indispensável para a própria sobrevivência. O trabalho, ainda não calcado nas relações capitalistas que viriam a se consolidar baseando-se na relação patrão e empregado, tinha que ser procurado diariamente (PAIXÃO, 2013, p. 122).

Vamos retornar um pouco mais no tempo da história do Morro do Castelo. Segundo Fernando Monteiro, em seu livro *A velha Rua Direita*, após o confronto dos portugueses contra os franceses e tamoios – no contexto das invasões francesas a partir 1710-1711 –, e estes, repelidos de seus redutos, trataram os portugueses de consolidar a conquista militar da terra, tomando posse no interior da Baía de Guanabara.^{vi}

As fortalezas de São Sebastião do Rio de Janeiro e seus muros, a partir do século XVIII, já não supriam a demanda populacional, visto que a população crescia e ultrapassava os muros da cidade, e sua segurança estava comprometida. A ocupação de São Sebastião do Rio de Janeiro começa na

Urca, mas é ao redor do Morro do Castelo que o crescimento da cidade ocorre.

Ao deixar a *Vila Velha* – atuais instalações da Fortaleza de São João^{vii}, junto ao Pão de Açúcar, Mem de Sá decidiu transferir a sede da cidade nascente para o alto do Morro do Descanso, que mais tarde receberia o nome de Castelo. Seu local estratégico permitia ampla visão da entrada da barra, atualmente conhecida como Barra da Tijuca. Após desmatar a área, construíram o núcleo de São Sebastião. Ao lado das autoridades, os primeiros habitantes vinham, principalmente da várzea da Cara-de-Cão, ainda com receio dos franceses e dos tamoios (MONTEIRO, 1985, p. 09).

Num primeiro momento, ergueu-se o núcleo de São Sebastião do Rio de Janeiro, com destaque para: a Sé, a Igreja e residência dos padres da Sociedade de Jesus; os armazéns da Fazenda Real, e a casa do Conselho de Vereança. Com o passar do tempo e o estabelecimento da paz, os colonos foram se sentindo mais seguros e descendo a ladeira íngreme do Castelo, e ocupando a parte baixa do Centro, movimentando a região, trazendo atividade econômica regular, lavouras e engenhos (MONTEIRO, 1985, p. 10).

Desde o Castelo até os morros da Conceição e de São Bento de um lado, e de Santo Antônio, de outro, situava-se extensa várzea (“...onde à noite cantam sapos e, de dia, sobre a lama endurecida, os caranguejos estão se aquecendo ao Sol”), várzea que se chamou de Nossa Senhora de Ó. É que havia uma ermida dessa invocação, levantada quase à beira do mar, na altura da Antiga Catedral Metropolitana e da contígua Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo (MONTEIRO, 1985, p. 10).

A partir do Morro do Castelo nasceram as primeiras ruas do Rio, e foi na Ladeira da Misericórdia, onde, no sopé do morro, foi erguida a Capela da Misericórdia. Da capela se contornava a beira do morro até alcançar o

Caminho Manuel de Brito, que ia junto ao mar até o Morro de Manuel de Brito, depois chamado São Bento. Com o tempo, esse caminho se tornou a rua mais importante da cidade durante toda a colônia, recebendo o nome de *Rua Direita* ou *Torta*, atualmente conhecida como Rua Primeiro de Março. “Bem mais perto de nossos dias, porém, é que foi sendo esquecido o nome trissecular de Rua Direita, que abrangia também, até 1640, a Rua da Misericórdia” (MONTEIRO, 1985, p. 12).

João do Rio, pseudônimo literário de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, ou somente Paulo Barreto, considerado o maior jornalista de seu tempo, como bom dândi carioca, adorava peregrinar cada canto da cidade, e foi assim que conheceu um grupo de seresteiros que o convidaram para conhecer o morro de Santo Antônio, onde moravam (ENGEL, 2007, p. 98). É muito interessante e vívido conhecer o Morro de Santo Antônio e suas ruelas a partir das impressões de João do Rio:

[...] percebi, então, que estava numa cidade dentro da grande cidade. Sim. É o fato. Como grande se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. [...] Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. [...] Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da estrada do arraial de Canudos, ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. [...] A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. [...] Há casas de casais com união livre [...] Mas também há casas de famílias, com meninas decentes. [...] Pergunto a profissão de cada um. Quase todos são operários, ‘mas estão parados’. Eles devem descer à cidade, e arranjar algum cobre. As mulheres, de certo também, descem a apanhar fitas nas casas de móveis, amostra de café na praça, – troços por aí. E a vida lhes sorri e não querem mais e não almejam mais nada. [...] E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que

embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção imediata de um acampamento de indolência, livres de todas as leis (RIO, 1911, p. 02-05).

Voltando aos processos de desmonte dos morros, em especial ao do Morro do Castelo, este ímpeto modernizador, em contraste com o atraso encarnado na arquitetura colonial, à presença de ex-escravizados próximos às áreas centrais da cidade, e aos modos de ser, agir e pensar das classes mais pobres da cidade, legitimava um processo urbanístico excludente e violento, que beneficiava as classes mais abastadas e o estilo de vida da República, em face ao passado escravocrata que insistia em mostrar-se presente nos morros, becos e vielas da cidade:

[...] era uma cidade com ruelas estreitas, sujas, cheia de cortiços, onde se amontoava a massa trabalhadora, tal como nas cidades europeias no início da Revolução Industrial. As condições precaríssimas da população em geral, e da massa de ex-escravos recém-libertados em particular, morando em cortiços, resultou em focos de epidemias, principalmente a febre amarela, a varíola e a peste (GARCIA, 2009, p. 144-145).

Figura 1 - Ladeira do Castelo

Na fotografia vemos crianças entre suas brincadeiras e afazeres na ladeira de paralelepípedo, entre as casas e habitações do Morro do Castelo.

Fonte: AGCRJ

A partir das tecnologias empregadas nos desmontes dos morros e, por conseguinte, no potencial de suas planícies abertas (Morro do Senado e Esplanada do Senado, atual Praça da Cruz Vermelha; Morro do Castelo e Esplanada do Castelo; Morro de Santo Antônio e o Largo da Carioca e Avenida Chile), e possibilidades de desenvolvimento e criação (dentro e fora) da cidade a partir de aterros (Canal do Mangue, Ponta do Calabouço, Avenida Beira-Mar, Aterro do Flamengo), a cidade rapidamente se

transformava. Com as reformas e intervenções, o passado colonial ficava para trás, e o futuro moderno descortinava-se: a cidade “velha” ia ficando esquecida – e destruída.

Figura 2 - Esplanada do Castelo, após o desmonte do Morro do Castelo



Ao centro, cruzamento das atuais ruas México e Araújo Porto Alegre. À direita, cruzando a imagem da direita para a esquerda, a Avenida Rio Branco e Cinelândia, vendo-se o Teatro Municipal, Escola Nacional de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes), Câmara Municipal, Biblioteca Nacional e Palácio Monroe. Ao fundo, a Praça Paris.

Fonte: AGCRJ

Concordamos com Cláudia Míriam Quelhas Paixão que defende que o desmonte do Morro do Castelo foi uma das tentativas das elites de deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade (PAIXÃO, 2013), e que, de certa maneira, foi concretizado simbolicamente, às custas de desmontes, aterros, desapropriações e exclusões, por seus edifícios com inspiração na *Belle Époque* francesa.

.....

Com este intenso processo urbanístico em busca da modernidade e, simultaneamente, um processo de forte exclusão para muitos cariocas, chegamos ao ano de 1922. Pode-se dizer que houve um longo processo percorrido na transformação da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, culminando na preparação para a celebração do Centenário da Independência.

Tais processos de intervenção urbana – sejam eles a partir de discursos higienistas e sanitaristas, e/ou reformistas – foram acompanhados de criações de diferentes códigos de conduta e postura, adotados pela Prefeitura do Distrito Federal. Podemos dizer, portanto, que o acúmulo destes processos resultou *na cidade que viria a ser*, especialmente no ano do Centenário (até 1928), com o desmonte quase finalizado do Morro do Castelo, na Prefeitura de Antônio Prado Júnior. A conclusão de seu processo de desmonte só ocorreu posteriormente, em meados de 1940, no governo de Henrique Dodsworth, interventor do Distrito Federal.

Tendo o engenheiro Edson Passos como secretário-geral de Viação e Obras, e reativando a Comissão do Plano da Cidade, extinta pelo ex-interventor e prefeito Pedro Ernesto Batista (1931-1936), a administração de Dodsworth retomou e adaptou às novas condições da cidade os planos que o urbanista francês Alfred Agache

havia produzido em 1927, contratado pelo então prefeito Antônio Prado Júnior. Com base nesses planos, a prefeitura, entre outras obras, terminou o desmonte do morro do Castelo, paralisado já há alguns anos, urbanizou a esplanada do Castelo e abriu a avenida Presidente Vargas, com mais de quatro quilômetros de extensão (PECHMAN, CPDOC).

Ao passo em que o Morro do Castelo era arrasado com mangueiras hidráulicas – feitas a custos de contendas financeiras –, de sua terra eram feitos aterros onde “tomavam forma os palácios e as avenidas” (KESSEL, 2001, p. 61).

Figura 3 – Desmonte do Morro do Castelo, usando a força hidráulica com jatos d’água



Fonte: AGCRJ

As intervenções urbanas não cessaram de ocorrer na área central da cidade, e os palácios e pavilhões prometidos para a Exposição Internacional de 1922, em Comemoração ao Centenário da Independência, não ficaram prontos a tempo em sua totalidade. Contudo, pode-se também dizer que foi durante a Exposição Internacional de 1922, que durou até julho de 1923, que as intervenções da primeira metade do século XX atingiram seu ápice. Nos diz Maria Isabela Mendonça dos Santos:

Ser moderno significava submeter essa natureza à ordem do trabalho e da cultura. Não obstante, a Exposição

Universal de 1922, que se realizaria graças à demolição do morro [do Castelo], tinha como função mostrar que era o produto do trabalho que garantiria a riqueza e o progresso das nações, de modo que o olhar sobre o país deixasse de ser exclusivamente sob a ótica da exuberância e do exotismo da natureza (SANTOS, 2014, p.111).

Tanto a construção dos pavilhões – mesmo que alguns tenham atrasados – como o desmonte do Morro do Castelo eram, em suma, a demonstração da capacidade de “submeter essa natureza à ordem do trabalho [e da cultura]”. Tornávamos modernos não só pela exposição da capacidade técnica em construir palácios e abrir avenidas, mas também por realizar aterramentos de alagadiços e colocar abaixo montes de pedras e terras, culminando no pleno domínio do homem sobre a natureza.

A Exposição Internacional teve, então, como objetivos comemorar os cem anos de independência política do Brasil, mostrar ao mundo os progressos da nação e nossa potencialidade na promoção de intercâmbio cultural e comercial e, assim, valorizar nossos produtos e ao mesmo tempo trazer ao conhecimento do povo as novidades dos outros países (MARTINS, 1987, *apud* RIBEIRO, 2014, p. 60).

Com a expansão da magnitude das exposições internacionais, desde a década de 1870, havia a discussão sobre o “caráter efêmero” das mostras, colocando em debate sobre o que preservar ao fim de cada evento (PEREIRA, 2010, p.11). Sobre este ponto, nos diz Pereira:

Vazios urbanos e áreas limítrofes das cidades após abrigarem as Exposições Universais dão origem, assim, a bairros inteiramente novos e os edifícios ou áreas de diversão remanescentes passam a acolher instituições, museus ou serem integrados nos circuitos turísticos. Pavilhões também são pensados para serem desmontados e remontados em outras cidades e, dentro

de uma lógica onde tudo se comercializa, muitos edifícios são projetados e construídos até mesmo para serem vendidos para outros países (PEREIRA, 2010, p. 11).

O caso da Exposição de 1922 não poderia ser diferente. Com a prévia experiência de construção de pavilhões para a Exposição Nacional de 1908, a Comemoração do Centenário da Independência seguiu duas lógicas distintas e complementares: a construção de pavilhões que pudessem ser desmontados e, posteriormente, remontados em outro lugar, “dentro da lógica capitalista” (RIBEIRO, 2014, p. 29), e em que fosse feita uma avaliação de seu “impacto ou contribuição para o desenvolvimento urbano” (PEREIRA, apud RIBEIRO, 2010, p. 28). Portanto, é pertinente notar não só quais pavilhões construídos à época continuam de pé, mas também a expansão urbana que a cidade sofreu a partir das Comemorações do Centenário.

A área ocupada pela Exposição fora criada a partir do desmonte do Morro do Castelo, usufruindo da já existente Praça Marechal Âncora, com a extensão da área da Ponta do Calabouço e a construção da Avenida das Nações (atual Avenida Presidente Wilson), antes ocupada pelo mar. Segundo Motta, a Exposição conteria:

25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes (MOTTA, 1992, p. 67).

Figura 4 – Aspecto da Avenida das Nações durante obras para o Centenário da Independência



Fonte: AGCRJ

Coube à área localizada entre a Ponta do Calabouço e a Praça Marechal Âncora receber os pavilhões nacionais: Pavilhão das Festas; Pavilhão Nacional das Grandes Indústrias; Pavilhão Nacional das Pequenas Indústrias; Pavilhão da Estatística; Pavilhão da Caça e Pesca; Pavilhão do Distrito Federal; Palácio dos Estados; Pavilhão Nacional da Viação e Agricultura; Pavilhão da Cidade de Campinas, com destaque especial ao Palácio Monroe^{viii} e à Avenida das Nações, além dos pavilhões

internacionais (RIBEIRO, 2014, p. 90) – Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, EUA, França, Dinamarca, Inglaterra, Japão, México, Argentina, Itália, Noruega e Portugal.

Figura 05 – Ponta do Calabouço e vista parcial da Praça Marechal Âncora



Vista da torre da Ponta do Calabouço. Em primeiro plano, o Pavilhão das Grandes Indústrias. Em obras, à esquerda, o Pavilhão dos Estados e, à direita, o Mercado Municipal.

Fonte: AGCRJ

O aspecto transitório dos pavilhões é atestado pela presença, hoje, de apenas quatro edifícios que remontam ao calendário da Exposição. De caráter provisório, o Pavilhão do Distrito Federal acabou por tornar-se permanente: abrigou a administração do Instituto Médico Legal e do Serviço de Registro de Estrangeiros, antes de servir como sede do Museu da Imagem e do Som, inaugurado em 1965, e em funcionamento até os dias atuais. A outros pavilhões já havia sido determinado que teriam o mesmo caráter (RIBEIRO, 2014, p. 149). Contudo, os que ainda persistem na paisagem da cidade do Rio de Janeiro são: o Pavilhão da França, doado à Academia Brasileira de Letras; e o Pavilhão das Grandes Indústrias, (formado pelo antigo Arsenal de Guerra, Casa do Trem e Forte do Calabouço), onde, atualmente, abriga o Museu Histórico Nacional; o Pavilhão da Estatística, atual Centro Cultural da Saúde (localizado em frente ao Museu Histórico Nacional). O Pavilhão dos Estados Unidos, local que abriga a Embaixada Americana, foi um dos prédios de cunho permanente que, contudo, após adaptação realizada em 1950, teve suas feições originais alteradas (RIBEIRO, 2014, p. 153). Portanto, de original, apenas o espaço ocupado pelo Pavilhão persiste.

Ao fim e ao cabo, a *rememoração* da celebração do Centenário da Independência do Brasil nos serve, neste momento do Bicentenário, para refletir sobre alguns aspectos. O primeiro refere-se à importância do ano de 1922 para o contexto político da história do país. Ao passo em que se desenrolava, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, e era criado oficialmente o Partido Comunista Brasileiro, delineava-se a crise da Primeira República, com a instalação de tensões políticas a partir das eleições presidenciais, e uma crise militar, com o advento dos movimentos tenentistas, que culminaria com a tomada de poder por Getúlio Vargas, em 1930. Pode-se dizer que houve aí um fechamento de ciclo (RIBEIRO, 2014, p. 170) que foi determinante para o futuro do país enquanto nação moldada por uma identidade nacional pretensamente moderna: a

necessidade de instaurar a industrialização, visionariamente exposto pelo editorialista da revista oficial da Exposição, que, em 1923, declarava:

o atestado maior da nossa capacidade de produção não está na Exposição (...) O que os mostruários estão exibindo é apenas o potencial das nossas riquezas (...) Afinal, a implantação definitiva da indústria de ferro entre nós é apenas questão de dias [...] (MOTTA, 1992, p. 70)^{ix}.

Esta concepção da necessidade de se modernizar, se industrializar e se qualificar para se inserir no mercado internacional de capitais, de certa forma, se repete neste Bicentenário. Diferentemente do Centenário, neste *centenário do centenário* existem tantas diferenças quanto semelhanças com o passado. A modernização veio, contudo, persistem ainda problemas que foram somente parcialmente solucionados nas áreas centrais e mais valorizadas da cidade (saneamento básico, transporte, moradia, etc.). A inserção do país na lógica capitalista de produção dos espaços urbanos agudiza as desigualdades sociais, especialmente a partir da especulação imobiliária e do encarecimento do custo de vida dos moradores. A industrialização também veio, seguida por um processo de *desindustrialização*, e a atual necessidade de se reinserir no mercado internacional para além da produção de *commodities*. Contudo, a nosso ver, a grande diferença do Centenário para o Bicentenário, tratando-se da cidade em si, gira em torno do necessário debate sobre sua *democratização*, em oposição a seu caráter predominantemente excludente, em marcha desde as primeiras reformas urbanas que atingiram a grande massa da população da cidade. Transporte de massa de qualidade, abastecimento de água, habitação, enfim, *direitos* que deveriam ser fundamentais e irrevogáveis, mas que ainda são desafios não só da cidade do Rio de Janeiro, como na maioria das grandes cidades do país. A real garantia da Independência, hoje, ultrapassa seu antônimo, perpassando questões globais, como soberania alimentar e a primordial manutenção – e *expansão* – de direitos sociais e políticos. Se nos

recordarmos sobre o “ímpeto modernizador” de Rodrigues Alves, destacado no início desse artigo, e sobre a centralidade e importância dos debates político-intelectuais para a cidade do Rio de Janeiro e para o país no geral, em 1922 – e todos os seus reflexos –, neste apagado Bicentenário, nos parece que a tarefa é praticamente a mesma: recolocar no centro do debate uma reflexão sóbria sobre os processos que nos trouxeram até aqui – de 1922 a 2022 – e sobre quais bases necessitamos nos debruçar para construir uma nação que seja moderna em seu sentido mais amplo possível, agregando assim toda a sua população.

NOTAS

ⁱ Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/Decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Acesso em: 23 nov. 2022.

ⁱⁱ “[...] proibía a construção de casas térreas ou assobradadas numa área delimitada por uma linha que partia do Museu Nacional, no campo da Aclamação, dirigia-se, de um lado, pelas ruas de S. Lourenço, Princesa, Imperatriz e Saúde, até alcançar a Rua da Prainha; descia, então, pelas ruas de São Bento e Bragança até a Rua Direita. De outro lado, a linha percorria as Ruas dos Inválidos, Matacavalos, Mangueiras, Largo da Lapa, Ruas do Passeio, Boqueirão, Santa Luzia e o Largo do Moura, fechando-se o circuito na Rua do Mercado.”. Segundo Benchimol, esta era, basicamente, os limites da “Cidade Velha” (BENCHIMOL, 1992, p. 132).

ⁱⁱⁱ Vale ressaltar que a opinião da intelectualidade à época não era homogênea, especialmente quanto ao desmonte do Morro do Castelo: Monteiro Lobato e Lima Barreto eram dois dos poucos que não faziam coro ao desmonte – o que denota que tanto o conceito de nação quanto o de modernidade eram conceitos em disputa.

^{iv} A Comissão Construtora da Avenida Central, criada por Decreto, em 1903, abriu um concurso para a definição das fachadas dos prédios que seriam construídos dos dois lados da Avenida Central (BARROS, 2008, p. 177).

^v Arrasado, em um primeiro momento, parcialmente, para a abertura da Avenida Central, com Pereira Passos; posteriormente, com Carlos Sampaio, Alaor Prata e Prado Júnior, no período de 1921 até 1928. Finalizado no governo do interventor Henrique Dodsworth, em meados de 1940.

^{vi} O autor aponta que os redutos dos aliados franceses e tamoios passavam pelo *Uruçumirim*, junto à foz do ribeiro da Carioca, na praia que posteriormente ficaria conhecida como Praia do Flamengo, e pela *Ilha de Paranapecu*, também conhecida pelos portugueses como *Maracajá* ou do *Gato*. Lá residiu o chefe dos indígenas do *Gato* ou *Temiminós*, e mais tarde passou a ser conhecida como do *Governador*, denominação que mantém desde que nela se estabeleceu com engenho, Salvador Correia de Sá, o então governador do Rio de Janeiro. Metade da ilha foi-lhe dada em sesmaria por seu tio, o Governador-Geral Mem de Sá (MONTEIRO, 1985, p. 09).

^{vii} Local onde Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565 (MONTEIRO, 1985, p. 09).

^{viii} O Palácio Monroe havia sido montado, em estrutura metálica, na Exposição de Saint Louis, nos EUA, em 1904. Foi concebido para ser remontado na Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906. Situava-se ao fim da Avenida Rio Branco, na atual Praça Mahatma Gandhi, e serviu como sede de serviços oficiais da Comissão Executiva da Exposição. Abrigou a Câmara dos Deputados e o Senado Federal em diferentes momentos, tendo sido demolido em 1976 a pretextos metroviários.

ix A Exposição de 1922, 14-15, mar. 1923.

Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 2279-2298, dez, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. P. R. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1904, 46p.

BARROS, Mariana G. Monteiro de. *Marc Ferrez e o Rio de Janeiro de seu tempo*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PUC-Rio. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História, 2008.

BARROS, Paulo Cezar. *Do berço histórico à Zona Periférica do Centro: velhas formas, novos castelos*. (2005, 290p). Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UERJ. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

BENCHIMOL, Jaime L. ***Pereira Passos, um Haussmann tropical***: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

DA SILVA OLIVEIRA, Patrícia. Remoções no Rio de Janeiro do século XIX e o processo de segregação socioespacial. *Anais do XVI Simpósio Nacional de*

ENGEL, Magali Gouveia. Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do século XIX e inícios do XX). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 7, p. 89-104, 2007. Disponível em:

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4114327/revista_AGCRJ_7_2013.pdf Acesso em: 23 nov. 2022.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MONTEIRO, Fernando. **A velha rua direita**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, Museu e Arquivo Histórico, 1965.

KESSEL, Carlos. **A Vitrine e o Espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, Angela Maria Moreira. A Exposição Internacional de 1922. *Cadernos do Proarq*, Rio de Janeiro, n.2, p.01-32., out, 1987.

MOTTA, Marly Silva. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

- _____. *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil*. In: **CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**. Atlas Histórico Brasileiro. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil> Acesso em: 18 out. 2022.
- PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói : UFF. Programa de Pós-Graduação em História, 2008, 224p.
- _____. As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, n. 7, p. 119-140, 2013.
- PECHMAN, Robert. *Henrique de Toledo Dodsworth Filho*. In: **CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/henrique-de-toledo-dodsworth-filho>. Acesso em: 18 out. 2022.
- PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto (UFGRS)*, v.16, p. 06-27, 2010.
- RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro*. (2014, 181p) Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História, 2014. Disponível em: [FERNANDA AZEVEDO.pdf \(uff.br\)](#). Acesso em: 11 nov. 2022.
- RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. In: **João do Rio: uma antologia**, 1911. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materia/lbibliotecaonline/3710s-livres-acampamentos-da-miseria.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- SANTOS, Maria Isabela Mendonça dos. *Cenas Cariocas: o Rio de Janeiro através das estereoscópias de Guilherme dos Santos (1910-1957)*. (2014, 137p). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História, Disponível em: [CENAS CARIOCAS: O RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DAS ESTEREOSCOPIAS DE GUILHERME DOS SANTOS \(1910-1957\) \(uff.br\)](#). Acesso em: 12 out. 2022.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IMAGENS

Figura 1: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Código da imagem: PDF-AM-PC-0529

Figura 2: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Código da imagem: BRRJAGCRJ.ORE.NEG.ZC.06

Figura 3: Arquivo Geral da Cidade do Rio

de Janeiro. Código da Imagem: PDF-AM-PC-0529

Figura 4: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Código da Imagem: PDF-AM-NV-0754

Figura 5: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Código da Imagem: PDF-AM-NV-0728